

A QUALIDADE DO ENSINO JURÍDICO

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*

No IX Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito realizado em Pelotas, em novembro de 1980, foi uma vez mais questionada a qualidade do ensino jurídico.

O tema não é novo. Já em 1971, a chamada Carta de Juiz de Fora reconhecia: 1º) a inadequação do vigente currículo mínimo, considerando que a sua aplicação não permite a plena vigência dos princípios da reforma universitária; 2º) que o currículo mínimo é o núcleo de matérias fixadas pelo Conselho Federal de Educação, considerando os conhecimentos básicos indispensáveis para uma adequada formação jurídica; 3º) que o currículo mínimo deve facilitar a organização dos cursos jurídicos, adequada às características regionais; 4º) que o estágio profissional realizado nas faculdades ou departamentos dispensa o exame para efeito de habilitação profissional; 5º) a indispensabilidade da reformulação da metodologia tradicional do ensino do direito no sentido de fazer com que o aluno participe ativamente do processo didático; 6º) que a participação ativa do aluno compreende o preparo e a prévia distribuição de material de classe apropriado e a condução no debate em aula sob a orientação do professor, para a progressiva fixação das normas e princípios que atendam à solução das hipóteses de trabalho; 7º) a necessidade de ampliar, na área das ciências jurídicas e sociais, a aplicação do regime de tempo especial aos professores do magistério superior.

Este elenco de afirmações coincidia com os primeiros sinais vindos da implantação da reforma universitária de 1968.

Um dos objetivos fundamentais da reforma universitária foi a racionalização da universidade. Pretendeu-se substituir o conceito de

conglomerado pelo de universidade-sistema. De um lado, facultar uma verdadeira integração científica que conduz a uma visão interdisciplinar da realidade. De outro, permitir a plena utilização dos recursos disponíveis que conduz à otimização das potencialidades universitárias. Estes dois aspectos, uma vez explorados adequadamente, tornam possível o aperfeiçoamento do processo didático por meio da flexibilidade na composição curricular e a vitalidade do trabalho departamental. Esta flexibilidade, mesmo considerada isoladamente, oferece uma primeira provocação ao aluno para que ele participe com maior intensidade do processo didático. Ora, esse novo passo impactou as Faculdades de Direito, acostumadas ao comportamento passivo de alunos e professores e deixaram a descoberto o ensino tradicional.

Agravou o problema as dificuldades do mercado de trabalho, que não só apresentou uma curva de oferta bem menor do que a demanda, como passou a exigir um advogado mais ajustado às exigências modernas da economia em desenvolvimento. Sem pretender analisar aqui detidamente o assunto, parece indubitável que o ensino jurídico sofreu um processo de esclerose tão acentuado que os egressos das Faculdades de Direito careciam das qualificações mínimas para enfrentar a competitividade do mercado de trabalho. No fundo, é certo que o mercado não repeliu o Bacharel em direito. Repelido foi o produto imperfeito do ensino jurídico, como ministrado classicamente. O cerne de todo o problema é, em qualquer tempo, a qualidade e a atualidade do ensino ministrado.

Neste sentido, vale lembrar o trabalho excepcional e pioneiro de dois grandes mestres — ALFREDO LAMY FILHO e CAIO TÁCITO — na criação do CEPED - Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito. O CEPED realizou o grande esforço de aperfeiçoamento de Professores e Advogados, mediante a aplicação de nova metodologia didática e a execução de pesquisas e estudos especializados no campo do direito. O

que continha a expressão nova metodologia, na visão do CEPED, era o despertar do raciocínio jurídico do aluno na presença do direito-vivo. O salto qualitativo foi a substituição da informação jurídica enciclopédica cujas conseqüências são, normalmente, a aula conferência e o esgotamento da doutrina, pelo estudo da realidade, do dia a dia do direito, com instrumental teórico de elevado nível. A mudança da metodologia exprime, portanto, uma tomada de posição frente ao papel do direito nas sociedades em desenvolvimento. Professor e aluno devem participar integradamente do processo didático. O aluno deve ter prévio conhecimento do assunto que vai ser discutido em aula e o professor deve preparar com antecedência o material de classe.

Outro momento importante a ser destacado foi a revisão do currículo mínimo, em 1972. Na justificativa do projeto que se transformou na Resolução nº 03, do Conselho Federal de Educação, está dito que

as Faculdades de Direito não podem desvestir-se de sua responsabilidade na remoção da crise do direito e na formação do jurista para a superação da crise. Não se exaure a sua missão em apenas formar profissionais destros no manuseio das normas em vigor. Tem elas função não menor de cooperar na reforma do direito para adaptá-lo ao processo de mudança social. Permanecendo dentro de currículos e de métodos de ensino a exigir correção fiéis dogmaticamente aos meios tradicionais de ação, desfuncionalizaram-se ante a realidade em transformação, o que explica a sua marginalização.

O novo currículo mínimo incorporou três inovações além de permitir flexibilidade na sua estrutura.

A primeira foi a exigência da prática forense, sob a forma de estágio supervisionado. O que se pretendeu especificar foi a necessidade de oferecer ao aluno um aprendizado prático de vida profissional.

A segunda foi a redução do curso para 2.700 horas de atividade, cuja integralização se fará em pelo menos quatro e no máximo sete anos. É bom notar que a Resolução do Conselho Federal de Educação

fala em 2.700 horas de atividades. Não é mais necessário esgotar a duração mínima com o cômputo de horas/aulas.

A terceira foi a faculdade conferida às instituições de ensino para criar habilitação específica, até o máximo de duas, de cada vez. A habilitação específica será obtida mediante *"a intensificação de estudos em áreas correspondentes às matérias fixadas no currículo mínimo e em outras que sejam indicadas no currículo pleno"*. Ela representa a especialização no currículo de graduação.

Assim, levantou-se o problema da nova metodologia (1966, com o CEPED), foram mobilizadas as Faculdades de Direito (1971 com o I Encontro), foi alterado o currículo mínimo (1972, com a Resolução 03). E os resultados?

Temo responder agora que os resultados não foram bons. O ensino jurídico vive hoje momento de acentuado declínio de qualidade. É preciso começar de novo. Como fazer?

Um primeiro e importante passo é conhecer a realidade. Desenvolver uma ampla pesquisa em todas as escolas de direito do país para saber como vem sendo aplicado o currículo mínimo aprovado em 1972. As inovações vêm sendo adotadas? A flexibilidade curricular vem sendo aproveitada? E assim por diante. Nesse sentido, o Conselho Federal de Educação poderia formar uma Comissão Especial de Professores de direito para fazer objetivamente este trabalho.

Um segundo passo é postular uma imediata suspensão de qualquer nova autorização para o funcionamento de curso de graduação. O mesmo se aplica para o credenciamento de curso de pós-graduação. Até que o adequado horizonte da efetiva reforma seja dimensionado, com o estímulo à indispensável renovação.

Em seguida, é fundamental criar mecanismo mais rigoroso para a seleção de pessoal docente. O sistema do concurso de títulos e provas continua sendo o mais eficaz. E, demais disso, no caso brasileiro, o concurso apresenta condições maiores de viabilidade do que a só exigência de curso de pós-graduação. O que não pode ocorrer é o sistema de seleção hoje adotado, sem controle eficaz.

É relevante, também, estimular aquilo que o Professor CAIO TÁCITO, chama de **tempo preferencial**,

de forma a que o professor de direito, mais integrado do que hoje no exercício do magistério, não abandone o laboratório do jurista, que é a sua militância profissional, como advogado, consultor ou juiz.

Estimular a prática do método indutivo associado ao preparo prévio do material de classe, de modo a permitir a participação ativa do aluno no processo didático é, certamente, um dos aspectos mais importantes para a retomada do caminho iniciado em 1971.

Finalmente, a reativação do CEPED seria uma providência benfazeja, porque permitiria reagrupar um núcleo importante de professores voltados para uma firme e decidida ação pela melhoria da qualidade do ensino do direito no país.

Publicado no Jornal do Brasil de 18/01/81